



Revista Base (Administração e Contabilidade)
da UNISINOS

E-ISSN: 1984-8196

cd@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

EMMENDOERFER, MAGNUS LUIZ; MELO SILVA, GUSTAVO
CONTRIBUIÇÕES DO NEOINSTITUCIONALISMO DA CIÊNCIA POLÍTICA PARA OS ESTUDOS DE
REDES ORGANIZACIONAIS

Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS, vol. 6, núm. 3, septiembre-octubre,
2009, pp. 218-229

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337228639004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CONTRIBUIÇÕES DO NEOINSTITUCIONALISMO DA CIÊNCIA POLÍTICA PARA OS ESTUDOS DE REDES ORGANIZACIONAIS

CONTRIBUTIONS OF POLITICAL SCIENCE NEO-INSTITUTIONALISM FOR THE ORGANIZATIONAL NETWORKS STUDIES

MAGNUS LUIZ EMMENDOERFER

magnus@ufv.br

GUSTAVO MELO SILVA

gustavomelo@ufv.br

RESUMO

Os estudos sob o enfoque do neoinstitucionalismo, nos últimos anos, vêm trazendo potenciais avanços nas investigações sobre as instituições na realidade brasileira. Entretanto, parte-se do pressuposto de que, mesmo com esses avanços, esta temática ainda merece maior esclarecimento e aprofundamentos nas discussões sobre redes organizacionais. Argumenta-se, neste artigo teórico-reflexivo, que isso já ocorra, mesmo com limitada incorporação de reflexões interdisciplinares, na área de administração. Assim, o objetivo deste trabalho é apontar aplicações do neoinstitucionalismo tratado na ciência política como potencial abordagem e método de análise de redes organizacionais na contemporaneidade. Para alcançá-lo, pretende-se apresentar aspectos da abordagem neoinstitucionalista, bem como aqueles inspirados em estudos como os de Dye (1987) na ciência política, numa tentativa de constituir um quadro analítico para o estudo das instituições e da política em redes organizacionais. Por fim, objetiva-se discutir sobre o alcance e a utilidade explicativos desse quadro analítico e sobre aspectos da análise institucional tratados na ciência política, somados a potenciais contribuições e reflexões que a ciência política pode oferecer aos estudos sobre redes organizacionais.

Palavras-chave: redes estratégicas, redes sociais, teoria neoinstitucional, ciência política.

ABSTRACT

Studies under the approach of the neo-institutionalism in recent years have brought potential advances in the research on institutions in the Brazilian reality. However, it starts from the assumption that even with these advances, this issue still deserves further clarification and deepening in the discussions on organizational networks. It is argued in this theoretical and reflexive paper that this is already happening even with restricted incorporation of interdisciplinary thinking in the area of management. Thus, the objective of this paper is to show applications of the treated neo-institutionalism in political science as a potential approach and method of analysis of organizational networks nowadays. To accomplish this, this study intends to present aspects of the neo-institutionalist approach, as well as those inspired by studies such as Dye (1987) in political science, in an attempt to provide an analytical framework for the study of institutions and politics in organizational networks. Finally, the objective is to discuss the scope and explanatory usefulness of the analytical framework and aspects of the institutional analysis dealt with in political science, coupled with potential contributions and reflections believed that political science can offer to studies on organizational networks.

Key words: organizational networks, social networks, institutional theory, political science.

PANORAMA INICIAL

Nos últimos anos, o enfoque do chamado neoinstitucionalismo vem trazendo potenciais avanços nas investigações sobre as organizações e seus desdobramentos no contexto brasileiro. A título de referência, alguns desses trabalhos nacionais com discussões que envolvem este enfoque são tratados de modo positivista por Machado-da-Silva *et al.* (1998); Fonseca e Machado-da-Silva (2001); Dolci e Karawejczyk (2002); Cochia e Machado-da-Silva (2003); Bronzo e Honório (2005); e, de modo reflexivo, por Carvalho *et al.* (1999); Carvalho e Vieira (2003); e Misoczky (2003) e Carvalho *et al.* (2005).

Neste artigo teórico-reflexivo, parte-se do pressuposto de que, mesmo com os avanços potencializados pelos trabalhos supramencionados para a construção do conhecimento sobre redes organizacionais envolvendo a teoria institucional, esta temática merece maior esclarecimento e avanço no que concerne ao seu entendimento e a seus desdobramentos para a gestão interorganizacional. Sabe-se que esses trabalhos apresentam discussões interdisciplinares, relacionadas a diferentes áreas do conhecimento como a sociologia, a economia e a psicologia, nos estudos organizacionais sob a luz da análise institucional. Tais debates têm gerado a possibilidade, a partir de uma preocupação nacional, de uma compreensão mais abrangente da realidade organizacional. Contudo, verifica-se que existe uma restrita incorporação de reflexões interdisciplinares na área de administração, envolvendo a ciência política no estudo de redes estratégicas, apesar de esforços potencializados por Andrade *et al.* (1999), Crubellate *et al.* (2004), Machado-da-Silva *et al.* (2005), Gazzoli (2005), Coser e Machado-da-Silva (2006).

Esses trabalhos fazem uso do enfoque institucional e tratam da variável política em suas análises organizacionais, mas sem explorar o campo e o seu potencial para o estudo de redes. Além disso, a descrição metodológica desses trabalhos é incipiente, pois usam, majoritariamente, recursos teóricos da sociologia, em detrimento do arcabouço da ciência política. Uma exceção é o trabalho de Gazzoli (2005) que revela potencial de análises no campo por meio de estudo de caso organizacional ou em perspectiva comparada.

A análise de redes organizacionais é uma abordagem que contribui para o entendimento da dinâmica e dos desdobramentos organizacionais na contemporaneidade. Tal abordagem ganhou expressão, conforme indicam os trabalhos de Astley e Van de Ven (1983) e Perrow (1983), com a aplicação do conceito de ambiente organizacional nas ciências sociais, ao deslocar o centro das atenções da organização para as redes organizacionais, dotadas de maior nível de análise e maior fluidez interacional.

A abordagem de redes possui dois grandes enfoques, comumente utilizados nos estudos organizacionais: o estratégico e o social. O enfoque estratégico está relacionado, principalmente, com o uso instrumental de planejamento e métodos de medição de desempenho aplicados na gestão organizacional. O

social abrange uma análise complexa das organizações, neste caso, de uma coletividade organizacional, sem abandonar as premissas instrumentais e conceituais sobre estratégia. Essas duas abordagens serão expostas com mais profundidade na próxima seção. Inicialmente, nota-se que o enfoque social revela-se como um avanço teórico na análise das redes organizacionais. Da mesma forma, este trabalho expõe e discute o enfoque político neste campo de estudo.

Assim, o presente trabalho levanta o seguinte problema de pesquisa: em que medida os estudos sobre a compreensão e análise de redes estratégicas realizados no Brasil contemplam o neoinstitucionalismo da ciência política como categoria relevante para a sua gestão?

Nesse sentido, este artigo representa uma tentativa de contribuir com a discussão teórica sobre o modo como a ciência política incorpora a abordagem neoinstitucional e a utiliza para o estudo da política. Isso pode ser potencialmente extensível, complementar e aplicável aos estudos organizacionais, em especial, na análise de redes estratégicas, considerando instituições e a política como categorias relevantes de pesquisa.

Vale ressaltar que a análise das instituições, no contexto da contemporaneidade que se pretende discutir neste ensaio teórico, considera a abordagem institucional, que (re)surgiu entre as décadas de sessenta e oitenta, como uma resposta às crises, limitações e críticas relacionadas aos modelos explicativos até então dominantes nas Ciências Humanas e Sociais: o behaviorismo (escola comportamentalista), o funcionalismo e o marxismo e as abordagens racionalistas e formalistas das instituições.

Essa base de análise institucional, somada a outras versões analíticas de origem principalmente sociológica, histórica e da ciência política, veio compor uma abordagem chamada institucionalismo, com o intuito de distinguir esta daquelas teorias difundidas antes da Segunda Guerra Mundial, até o advento da chamada revolução behaviorista. Além disso, passou a também incorporar o adjetivo "novo" (Immergut, 1996, p. 17), pois, de certa forma, as abordagens tradicionais (behaviorismo, funcionalismo e marxismo) estão relacionadas ao velho institucionalismo que não reconhece uma lógica própria no funcionamento das instituições, identificando-as como elementos de um sistema maior e cumprindo funções predeterminadas. O enfoque do neoinstitucionalismo é utilizado nesta discussão sobre redes organizacionais.

Neste contexto, a análise institucional da política nas redes organizacionais pode também contribuir para os Estudos Organizacionais, principalmente como método auxiliar de identificação de variáveis políticas que devem ser consideradas nos processos decisórios estratégicos. Mas qual é a razão dominante no processo estratégico empresarial? É necessária a consideração de outras racionalidades para a criação de alternativas de decisão? Conforme Marzal (1983), a racionalidade é o problema de fundo da organização moderna, onde coexiste uma plurali-

dade de tipos de racionalidades. Para este autor, o nascimento deste problema ocorre com a identificação da figura do homem moderno, na figura do burguês, como o *homo economicus*, em que o esquema econômico é a matriz da lógica. Para Marzal (1983), o problema a ser analisado organizacionalmente é a racionalidade ou o domínio da razão, em que as categorias de análise não são unívocas, mas extraordinariamente múltiplas, plurais e até dispersas. Este aspecto ganha maior complexidade, quando envolve duas ou mais organizações que se associam ou se aliam em redes estratégicas.

A aplicação do cálculo abstrato, em definitivo matemático, no mundo dos negócios, é uma virtude burguesa que impõe uma univocidade unidimensional e técnica da racionalidade econômica. Assim, a organização se configura, para esta análise, como uma caixa abstrata com *inputs*, formalizados matematicamente, e com a forma abstrata de *outputs*, em que a decisão racional é configurada pela lógica formal de decisões, essencialmente, lógico-técnicas.

Neste sentido, Marzal (1983) questiona se há somente uma decisão possível ou várias alternativas. Em outras palavras, indaga se tantas melhores decisões quantos sejam os grupos de interesses a que estas se referem, e que se dão objetivamente, têm suficiente poder no interior da empresa. O enriquecimento da empresa com novos elementos descritivos para a análise clássica ocorre, por exemplo, com a terminologia funcionalista de *empresa* e *entorno*. A empresa é considerada como um ponto geometricamente quantitativo no centro, em torno do qual se configura, em círculos concêntricos, uma série de elementos. Funcionalmente, e definitivamente de forma técnica, esta série relaciona-se com a empresa e é ordenada por sua proximidade quase física do centro (imaginário) do sistema de decisões empresariais em que se localiza funcionalmente. Mas que variáveis, além das relacionadas com a produtividade dos empreendimentos, devem ser levadas em consideração nos processos decisórios? Argumenta-se, neste trabalho, que a política é uma categoria analítica importante para tais entendimentos. Por isso, é discutida, ao longo deste artigo, orientada para o seguinte objetivo: apontar aplicações do neoinstitucionalismo tratado na ciência política como potencial abordagem e método de análise de redes estratégicas na contemporaneidade.

Para cumpri-lo, em termos estruturais, primeiramente, pretende-se apresentar as discussões sobre a análise de redes estratégicas. Na seção seguinte, expõe-se o tratamento dado pela ciência política na discussão e aplicação do neoinstitucionalismo. Em seguida, relatam-se os aspectos da abordagem neoinstitucionalista, inspirados em estudos como os de Dye (1987), na ciência política, caracterizando uma tentativa de constituir um quadro analítico para a análise de redes estratégicas, a partir do estudo das instituições e da política na esfera interorganizacional. Por fim, caminhando para as considerações de desfecho deste trabalho, objetiva-se refletir sobre o exposto e discutido, apontando contribuições que a ciência política possa oferecer aos estudos sobre redes organizacionais.

ANÁLISE DE REDES ORGANIZACIONAIS

As redes estratégicas nos estudos de Lewis (1992), Lynch (1994), Kotler (1998), Teixeira e Guerra (2002), Chopra e Meindl (2003), Lazzarini e Joaquim (2004) justificam e fortalecem a posição de Casarotto Filho e Pires (1980) de que as redes são consequências da necessidade de associação e cooperação de organizações por meio de alianças.

A rede estratégica é formada por "um grupo de empresas independentes, unidas por meio de alianças múltiplas para alcançar um objetivo comum" (Lewis, 1992, p. 85). São quatro os tipos de redes mais importantes no dizer de Lewis (1992): (a) redes verticais ou de adição de valor, que são formadas por alianças entre uma empresa e seus fornecedores, para ganhos em logística e produção; (b) redes de divisão de tecnologia com universidades e laboratórios de governo para fortalecimento tecnológico; (c) redes para desenvolver e melhorar, por conseguinte, processos e produtos; e (d) redes de participação acionária, em que um grupo de empresas em rede detém ações de uma determinada empresa, para fortalecer seu poder de competitividade.

Este conceito e tipologia utilizados por Lewis (1992) são empregados por Lynch (1994), apenas com pequenas diferenças nas abordagens. Embora este autor denomine o conceito de redes estratégicas como teia, considera as mesmas tipologias. Yoshino e Rangan (1996), por sua vez, limitam-se a considerar dois tipos de redes: as redes internas e externas. As redes internas propostas por esses autores podem ser multinacionais ou simplesmente nacionais. As redes externas incluem alianças estratégicas com outras empresas fora do país. Estas possibilitam às empresas o envolvimento com múltiplas tecnologias, sistemas gerenciais, mercados e, além disso, estimulam a cultura empreendedora.

Kotler (1998) destaca a rede organizacional como a de mercado, formada pela empresa e por aqueles que a apoiam: fornecedores, clientes, funcionários, distribuidores, revendedores, agências de propaganda e acadêmicos, dentre outros. Teixeira e Guerra (2002) propõem redes de firmas verticais e horizontais com relação ao fornecimento. Nas redes verticais, há um conjunto de firmas fornecedoras coordenadas por uma empresa compradora e, nas redes horizontais, há alianças para compartilhamento de recursos. Chopra e Meindl (2003) trabalham com o conceito de rede de suprimentos, concentrando-se mais no ponto de vista da dimensão interna, ou mesmo na ocorrência de fusões e aquisições. Estes autores, mesmo que se refiram a aspectos estratégicos, dão ênfase às redes físicas para atividades de suprimentos. Lazzarini e Joaquim (2004) enfatizam as redes como constelações, em duas tipologias, implícitas (informais e relacionais) e explícitas (constelações formais e estruturadas entre empreendimentos).

Casarotto Filho e Pires (1980) propõem duas alternativas de redes estratégicas. As primeiras são redes *topdown*, ou seja, redes em que os pequenos empreendimentos estão vinculados a e dependentes de uma empresa-mãe, como terceirizados,

subcontratados, ou como faccionistas, além de outras formas de repasse de produção. A segunda é a rede flexível de pequenas empresas, com a estrutura semelhante à de consórcios, que representa uma grande empresa. Esses autores mostram que os tipos de estratégias propostos se baseiam no modelo de Porter (1980), no qual os pequenos e médios empreendimentos têm dificuldades ou limitações em adotar, isoladamente, qualquer uma das alternativas indicadas por este autor. A causa disso está no fato de que a liderança em custo envolve ganho de escala, o que implica em investimentos que não são compatíveis com empreendimentos de pequeno e médio porte. Ao adotar essa estratégia, o pequeno empreendedor opta por participar da rede do tipo *topdown*, como fornecedor, o que inclui dependência das estratégias da empresa-mãe e pouca ou nenhuma flexibilidade ou poder de influência nos destinos da rede. Essa realidade foi constatada por Guilhon e Guilhon (2000), no município de Biguaçu (Grande Florianópolis/SC). Em uma rede do tipo *topdown* de pequenas empresas vinculadas à empresa-mãe do setor têxtil, organizações manifestaram a insatisfação pela inflexibilidade e pelos tipos de regras impostas às pequenas empresas.

A liderança na diferenciação ou escopo é mais próxima da perspectiva do pequeno e do médio empreendimento, mas impõe como condição que este opte por um nicho de mercado, restrito a sua capacidade de atendimento. Para Casarotto Filho e Pires (1980), a dificuldade ou limitação em adotar uma estratégia, está, ainda, associada à falta de competência para dominar as etapas da cadeia de valor (Porter, 1980), além de estar ligada à dificuldade em gerenciar essa cadeia de valor. Conforme Casarotto Filho e Pires (1980), existe maior complexidade de funções. Em razão disso, cada vez mais, é necessário adotar o conceito de alianças, a fim de trabalhar de forma associada ou cooperativada com outras empresas.

Assim, sobra uma alternativa à pequena empresa: ela não precisa fazer uma escolha estratégica única entre lideranças de custos ou diferenciação, como afirma Porter (1980). A pequena empresa pode garantir vantagens competitivas, oriundas de ambas as opções estratégicas propostas por Porter (1980), ao integrar uma rede flexível de pequenas empresas, participando das decisões da organização da rede de trabalho em etapas da cadeia de valor, em que uma organização não dispõe de força competitiva individual. Esse é o tipo de rede que tem sido o sustentáculo de economias altamente desenvolvidas como a da região da Emilia Romagna, na Itália.

Grandori e Soda (1995) propõem uma tipologia de redes desenvolvida a partir da compilação de pesquisas anteriores. As tipologias são determinadas por critérios, tais como: tipo de mecanismos de coordenação utilizados, grau de centralização e grau de formalização da rede. Para esses autores, existem três tipos de redes: sociais, burocráticas e proprietárias. Todas elas podem ser simétricas ou assimétricas. A simetria significa a inexistência de um poder centralizado, em que todos compartilham da mesma capacidade de fluência. A assimetria pressupõe

um agente coordenador central. A diferença, quanto aos tipos, é que as sociais são informais e promovem o intercâmbio da chamada mercadoria social. Nas burocráticas, há um contrato formal regulador das especificações de fornecimento de produtos e serviços e a organização da rede. Por fim, as redes proprietárias são aquelas que se caracterizam pelo direito de propriedade entre os acionistas de empresas.

A análise de redes estratégicas é limitada em seu escopo de atuação, já que esta aborda somente as alianças de redes empresarias. Grandori e Soda (1995), inicialmente, rompem com esta limitação, ao introduzirem as redes sociais em suas tipologias. Mesmo assim, sua definição para essas redes é limitada, em vista da verdadeira compreensão do que são e de como esse conceito sociológico auxilia no entendimento do mundo organizacional com base em seus aspectos socioeconômicos.

Para compreender a abordagem sociológica das redes sociais, sejam elas informais, burocráticas, empresarias ou de qualquer tipologia utilitarista e funcionalista, é necessário compreender que a discussão contemporânea da sociologia econômica de redes foi iniciada com a expansão, entre as pessoas, do conceito de mercado. Para a economia, esta abstração é perfeita e seus agentes, continuamente, buscam o equilíbrio geral; para a perspectiva sociológica, o mercado é tratado como um fato social. Assim, diante dos problemas e das imperfeições do mercado, a sociologia econômica busca compreender especificamente as redes sociais, a geração e o contexto cultural, que têm influência central nesse mercado. Ressalta-se que os atores desse contexto são influenciados por outros atores e por outros grupos sociais. Os mais diferentes tipos de ação econômica são utilizados, na inclusão de variáveis racionais, políticas econômicas que definem restrições de recursos escassos de estruturas sociais de significado estrutural. A economia como parte integrante da sociedade, a qual é sua base de referência, pode ser analisada a partir de descrições, explanações e, raramente, de predições, com fundamento em métodos históricos comparativos. O modelo sociológico pressupõe que as alternativas comportamentais individuais são influenciadas por padrões institucionais, por induções estruturais e pelo desenvolvimento social, e têm como resultado índices institucionais que influenciam o comportamento humano e ajustam os padrões institucionais iniciais (Smelser e Swedberg, 1994), os quais podem ser analisados a partir das redes sociais.

As análises de fatos sociais que influenciam as decisões organizacionais devem ser concretizadas com base nas relações entre os agentes e nas ligações vigentes entre as normas e regras institucionalizadas em coletividades. Uma das grandes vantagens da análise de redes é o fato de constituir uma ferramenta flexível por meio da qual se pode lidar com um número considerável de fenômenos sociais. Esse tipo de análise tem sido usada, por exemplo, para explorar diversos tipos de interações econômicas que não podem ser classificadas nem como costumes nem como alguns tipos de organização econômica.

Essas formas sociais intermediárias são, por vezes, referidas como "formas de organização em rede" (Swedberg, 2004).

A sociologia das atividades econômicas analisa o contexto socioeconômico por meio das conexões e interações entre a economia e a sociedade. O mercado é analisado sociologicamente como uma estrutura social, que consiste de relações sociais, que influenciam a racionalidade de indivíduos, grupos e organizações (Smelser e Swedberg, 1994; Swedberg, 1994).

As atividades econômicas se enraizam não somente em redes pessoais, mas em redes formadoras de empresas. Portanto, o mercado não se constitui de firmas isoladas, como nos modelos de concorrência perfeita da ciência econômica, mas de aglomerados de firmas que formam uma estrutura social mais ou menos coerente. O ponto importante que distingue os grupos econômicos de simples aglomerados financeiros, como os conglomerados, é a existência de uma solidariedade social e de uma estrutura social entre as firmas componentes. Essa solidariedade se enraiza essencialmente, conforme Granovetter (1994), em laços familiares ou étnicos. As redes sociais facilitam a circulação de informações e asseguram confiança, ao limitar os comportamentos oportunistas (Granovetter, 2002). O mercado, por consequência e nesta perspectiva, é considerado como uma estrutura social (Swedberg, 1994).

É necessário acrescentar aos pressupostos básicos do comportamento do ator econômico as motivações não econômicas. A análise de rede leva em conta as interações concretas entre indivíduos e grupos, que pode trazer respostas alternativas a uma série de problemas-chave na teoria econômica. Este é o caso do mercado de trabalho, do desenvolvimento econômico, do êxito de micro e pequenas empresas, dos grupos econômicos, da confiança e do oportunismo, ou, ainda, da própria formação de preços, questão central da teoria neoclássica. A rede é um conjunto regular de contratos ou conexões sociais similares entre indivíduos e grupos (Swedberg e Granovetter, 1992). É menos importante estar fortemente inserido numa rede de amigos ou de parentes, por exemplo, do que ter acesso, por meio de laços fracos, ou de conhecidos, a várias redes. Os laços fracos são decisivos, porque estabelecem pontes entre as redes e permitem o acesso a universos sociais diversificados e a uma maior variedade de informações, que configuram a força dos laços fracos (Granovetter, 1973).

Para a sociologia econômica, a ação econômica é uma forma de ação socialmente situada, e as instituições econômicas são construções sociais (Granovetter, 2002; Swedberg e Granovetter, 1992). Afirmar que a ação econômica é socialmente situada significa dizer que os indivíduos não agem de maneira autônoma, mas que suas ações estão imersas em sistemas concretos, contínuos, de relações sociais, ou seja, em redes sociais. Esta é a tese da imersão social (*embeddedness*) das ações econômicas. Além dos objetivos econômicos, os atores perseguem objetivos sociais, como a sociabilidade, o reconhecimento, o prestígio e o poder. As ações dos atores sociais são condicionadas pelo fato de pertencerem a redes de relações interpessoais. O mercado,

portanto, não se constitui de um livre jogo de forças abstratas, a oferta e a procura, entre atores atomizados e anônimos, mas é um conjunto de ações estritamente imersas em redes concretas de relações sociais (Granovetter, 2002).

Nota-se, mediante a exposição realizada sobre a análise de redes estratégicas e sociais, que as discussões tratadas pelos diferentes autores não contemplam de forma profunda aspectos relacionados a noções de instituições, envolvendo variáveis da ciência política. Tais aspectos, no contexto das redes organizacionais, são considerados de extrema relevância para a compreensão de temas como relações de poder, tomada de decisão, governança, dentre outros, em espaços interorganizacionais e políticos. Assim, acredita-se que as discussões concretizadas no neoinstitucionalismo, na perspectiva da ciência política, possam trazer significativas contribuições para os estudos de redes, a fim de definir os elos dos processos decisórios ao longo do tempo e de elucidar como as perspectivas da ciência política, com seu quadro analítico, auxiliam na compreensão das redes em benefício do associativismo e da cooperação entre os atores e instituições.

O NEOINSTITUCIONALISMO NA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA POLÍTICA

O termo neoinstitucionalismo passou a ser reivindicado por aqueles que se opunham ao individualismo metodológico pregado pelos behavioristas. Para Thelen e Steinmo (1992), este termo pode estar associado aos seguidores do institucionalismo proposto por March e Olsen (1984) ou por Evans *et al.* (1985) para recolocar o Estado de volta no espaço de suas análises institucionais.

Atualmente, reconhece-se uma tendência que reforça a ideia de um paradigma neoinstitucionalista (Lane e Ersson, 2000). Ao mesmo tempo, Hall e Taylor (2003, p.193) chamam a atenção para o fato de que a abordagem neoinstitucionalista "não constitui uma corrente de pensamento unificada". Segundo esses autores, existem, pelo menos, três modelos de análise diferentes (institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico), cada um reivindicando o título de neoinstitucionalismo, desde a década de 1980. Para Immergut (1996, 1998), esses três modelos de análise constituem uma variedade de trabalhos no interior de uma mesma abordagem neoinstitucional. Embora esses modelos de análise não sejam aspectos a serem debatidos ao longo do trabalho, acredita-se que seja importante a apresentação sumarizada deles, que se coloca a seguir.

- O *neoinstitucionalismo da escolha racional* parte do pressuposto de que os indivíduos moldam as instituições, influenciando sua criação e função, desenvolvendo um comportamento estratégico em um contexto de normas e regras. O comportamento racional de um ator político deve estar balizado por um sistema de crenças e preferências internamente consistentes e compatíveis com mundo real (Tsebelis, 1990).

- O *neoinstitucionalismo sociológico*, derivado da sociologia das organizações, enfatiza principalmente a lógica da reprodução institucional, a partir da constituição de regras, normas, valores, rituais, e rotinas (Evans *et al.*, 1985).
- O *neoinstitucionalismo histórico* recupera e reelabora modelos histórico-estruturais como o weberiano, o marxista e o funcionalista, para compreender o funcionamento das instituições, no intuito de impedir, retardar, consolidar ou acelerar processos de mudança social. As instituições são portadoras de legados de forças políticas, sociais e históricas, que as configuram, justapondo diferentes lógicas de ordem política, cada uma com seu próprio traço temporal. Vários arranjos institucionais que compõem uma política podem emergir de diferentes épocas (Thelen e Steinmo, 1992).

O neoinstitucionalismo, especialmente o dos estudos da corrente funcionalista (March e Olsen, 1984), parte do pressuposto de que a organização da política e do ambiente social ocorre por meio das instituições. A organização da política pode ser compreendida como a instituição e a rotinização de mecanismos que proporcionam a estabilidade das decisões sociais, as quais reduzem a incerteza do ambiente social e possibilitam aos diversos atores a construção de expectativas de comportamento por parte dos demais. Com isso, as instituições constituem o objeto para entendimento do fenômeno político.

Dessa forma, para o neoinstitucionalismo, também é necessário conceituar as instituições como ponto de partida para um delineamento de pesquisa, o que não seria problemático, se não fosse a dificuldade em defini-las. Talvez essa dificuldade esteja relacionada aos diferentes modelos de análise institucional mencionados por Hall e Taylor (2003), em que cada escola de pesquisa aponta a sua acepção de instituição. Ressalta-se, contudo, que, com uma definição mais ampla, Eisenstadt (1968, p. 409) propõe conceber as instituições como "princípios regulatórios que organizam a maioria das atividades dos indivíduos em uma sociedade cujos padrões organizacionais são definidos a partir de alguns problemas perenes, básicos de qualquer sociedade ou ordem da vida social".

Percebe-se, assim, que as instituições podem ser contextos normativos para o convívio social em que os indivíduos se vinculam por meio de comportamentos minimamente estruturados e previsíveis. Nota-se que o neoinstitucionalismo compartilha de uma concepção que se aproxima daquela de Weber (2004), em que as interações das pessoas em sociedade não são aleatórias, mas padronizadas e coerentes com a intencionalidade de suas ações que possuem como referência as normas institucionais. Nesse sentido, as instituições reduzem a incerteza, ao prover uma estrutura para a vida diária, como modelos morais ou cognitivos para interpretação da situação e das orientações do indivíduo, a partir dos quais os cursos de ação são construídos (Hall e Taylor, 1996). Também incluem

qualquer forma de constrangimento formal (regras, normas, leis, tipicamente escritas) ou informal (convenções, códigos de conduta, valores, símbolos, tipicamente não escritos), que os indivíduos impõem para moldar a interação entre eles, acerca daquilo que lhes é permitido ou proibido de fazer (North, 1990).

Se, por um lado, num sentido especialmente funcionalista, como o de March e Olsen (1984), a instituição pode representar a possibilidade de satisfação de necessidades humanas e de estruturação e equilíbrio de interações sociais; por outro, conforme Weber (2004), as instituições também são mecanismos de restrição de possibilidades, na medida em que representam padrões regularizados das interações sociais com um relativo grau de legitimidade, em que pese o caráter conflituoso destas interações.

Acredita-se que as instituições sociais e políticas moldam como as pessoas definem seus interesses e como estruturam suas relações de poder com outros grupos. Assim, pode-se afirmar que as regras institucionais definem uma constelação de incentivos e constrangimentos que produzem relações de privilégio e de subordinação/dependência. As instituições estabelecem um contexto estratégico para as ações dessas pessoas, alterando e dando formatos, embora não definitivos, ao conflito político específico (Steinmo *et al.*, 1992). Por decorrência, as instituições interagem em um amplo contexto socioeconômico que define boa parte de seu funcionamento e de sua movimentação.

Esta exposição sobre a noção de instituições, como característica distintiva do neoinstitucionalismo, possibilita aos seus estudiosos optarem, como objetos de pesquisa do fenômeno político, por uma variedade de instituições: formais ou informais, estáveis ou instáveis, emergentes, em processo de consolidação, ou já consolidadas. Desse modo, os neoinstitucionalistas consideram que as instituições não são necessariamente integradas e permanentes, e qualquer sinal de mudança social é uma questão a ser verificada empiricamente e não presumida por meio de princípios gerais ou da arquitetura institucional existente.

Vale ressaltar que a discussão sobre mudança social e instituições é um tema debatido por Marx (1983), a partir de noções de conflito de classes e revolução, e, por Weber (1979), com a racionalização e desencantamento do mundo. Nesse quadro da análise do tema, uma contribuição importante alcançada pela abordagem neoinstitucionalista na ciência política, comumente associada ao neoinstitucionalismo histórico (Steinmo *et al.*, 1992), é o conceito de *path dependence* ou de dependência da trajetória. Este conceito revela que as instituições se desenvolvem ao longo da história e que o processo por meio do qual as instituições modernas são formadas não somente é relevante para explicar o funcionamento da política e situações específicas, como também gera constrangimentos nas escolhas para o futuro.

Para Putnam (1996), o conceito de *path dependence* faz pensar que o lugar a que se pode chegar depende do lugar de

onde se veio, e simplesmente é mais difícil chegar a certos lugares a partir de onde se está. O termo lugar pode ser entendido como contextos históricos socialmente determinados que possuem a propriedade de estabelecer diferentes oportunidades e motivações. Isso rejeita o postulado tradicional da convergência institucional de que as mesmas forças ativas produzem em todo lugar os mesmos resultados. Tal discussão envolve a crítica feita pelas vertentes do neoinstitucionalismo histórico e sociológico ao neoinstitucionalismo da escolha racional sobre a origem das instituições (Hall e Taylor, 2003). Assim, para o neoinstitucionalismo, existem limitações quanto à noção de convergência institucional, porque as instituições fazem parte do processo de modernização, em que o resultado da política depende de instituições de nível intermediário como Estado, governo, Nação ou sociedade, que configuram processos diferenciados no tempo e no espaço (Bendix, 1970). Esta é a contribuição da abordagem neoinstitucionalista, a qual inclui a designação de instituições de nível intermediário que atribuiu importância ímpar às noções de Nação, Estado, governo e sociedade como esferas estruturadoras do comportamento político na modernidade, em pesquisas comparativas.

Logo, o estudo da política tende a distinguir, na trajetória histórica, períodos de continuidade e situações críticas (como crises, conflitos e lutas) que são momentos para aberturas de mudanças significativas no ordenamento social (Thelen e Steinmo, 1992). Dessa forma, é possível assimilar o conceito de dependência da trajetória como um elemento explicativo da mudança institucional. Com ele, é possível identificar as origens de instituições cuja implantação constitui um processo de substituição ou superação de arranjos institucionais anteriormente vigentes. Percebe-se que o conceito de dependência da trajetória sugere, portanto, a existência de uma forma de estreitamento conceitual do conjunto de opções disponíveis para os atores e, além disso, representa um elo entre os processos decisórios, ao longo do tempo.

No tocante à mudança institucional, Thelen e Steinmo (1992) consideram a existência de duas fontes: exógena e endógena. As mudanças no contexto socioeconômico são consideradas *exógenas* e podem impactar as instituições de três formas diferentes: (a) fazendo com que instituições previamente latentes se tornem proeminentes, interferindo nos resultados políticos; (b) provocando alterações no equilíbrio político de poder pela emergência de novos atores com novas metas; (c) provocando alterações nas metas e estratégias dos atores já existentes. As *mudanças endógenas* são aquelas que ocorrem dentro das próprias instituições por meio de adequações no modo de funcionamento, as quais podem provocar o enfraquecimento de algumas instituições, ou a constituição de outras. Neste sentido, a manipulação estratégica de recursos diversos pelos atores políticos e o conflito entre eles dentro dos limites institucionais, podem influenciar o grau de eficácia e de estabilidade das instituições.

Frente a isso, considerando a amplitude do conceito e a variedade de instituições para estudo da política, acredita-se

que a própria noção de política encontra-se, de forma diluída, na modernidade. A ideia de diluição da política reforça-se com a discussão da intencionalidade das ações dos indivíduos (interesses e interações) que reconhecem certa autonomia frente aos constrangimentos institucionais.

Contudo, para se estudar a política, é importante também especificá-la como conceito empregado na análise das instituições. Segundo Frey (2000, p. 216), a política pode possuir três dimensões distintas provenientes do emprego de seus conceitos em inglês (*polity*, *politics* e *policy*). A dimensão institucional – *polity* – que se refere à ordem do sistema político, é delineada pelo sistema jurídico e pela estrutura institucional do sistema político-administrativo; a dimensão processual – *politics* – tem em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição; a dimensão material – *policy* – refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

Mesmo assim, acredita-se que, independente da dimensão conceitual empregada na análise das instituições, o neoinstitucionalismo adota diferentes visões da política, mesmo considerando as dimensões analíticas de Frey (2000), variáveis conforme os atores, os lugares e a intencionalidade de suas ações que desejam ser pesquisados. Considerando a noção de diluição da política, é possível que a política seja entendida pelos neoinstitucionalistas não apenas como coerção e dominação (visão de origem estrutural-funcionalista), mas também como consenso, deliberação e cooperação, demonstrando, assim, influência da teoria da ação comunicativa nos estudos neoinstitucionalistas (Habermas, 1984).

Em relação à exposição realizada até o momento, Thelen e Steinmo (1992) acrescentam que, para uma organização adequada de estudos empíricos sob a abordagem neoinstitucional, é necessário elaborar um esquema analítico que contemple três elementos fundamentais: as esferas institucionais envolvidas, os atores relevantes e suas posições relativas nas instituições, os pontos de veto. Sumarizam-se estes aspectos a seguir:

- (i) As *esferas institucionais* cruciais são: (a) o Estado, entendido como estrutura constitucional, organizações burocráticas e processos de decisão no contexto das estruturas de poder político; (b) o Governo, que diz respeito às regras de constituição do poder soberano, às instituições específicas do processo de seleção e substituição dos governantes e de inserção das instituições e procedimentos de seleção dos governantes nas estruturas do Estado; (c) as Instituições de agregação de interesses e dos padrões de inserção, na estrutura política formal, que dão o formato próprio de cada sociedade.
- (ii) A identificação dos *atores relevantes* e de suas *posições relativas* nas instituições permite observar as interações sociais e políticas existentes entre os

atores e sua influência (poder) junto aos demais atores políticos e esferas institucionais (Tsebelis, 1990). Para isso, é importante localizar os espaços institucionais em que os atores interagem.

- (iii) Os *pontos de veto* representam uma expressão de oposição que pode inibir a inovação política, sendo rígidos, mas não permanentes ou imutáveis (Thelen e Steinmo, 1992). A presença e a localização de pontos de vetos nas instituições variam entre os sistemas políticos e dependem das posições e fontes de poder que os atores envolvidos possuem, bem como das evoluções ou mudanças que as instituições enfrentam ao longo do tempo. Verifica-se, dessa maneira, que o poder político não é uma propriedade estática e de pertença de atores individuais ou coletivos, mas um recurso cuja distribuição é variável no tempo e no espaço.

Considerando-se os aspectos discutidos até o momento, que versam sobre a abordagem neoinstitucionalista na perspectiva da ciência política, é possível discutir, com mais profundidade, o alcance e a utilidade explicativos obtidos, principalmente, por meio do quadro analítico de Dye (1987). Esse procedimento permite compreender as instituições que atuam sob o formato de redes organizacionais na contemporaneidade. Eis a principal contribuição deste trabalho perante aqueles estudos mencionados na seção introdutória deste artigo.

UM QUADRO ANALÍTICO PARA A ANÁLISE DE REDES ORGANIZACIONAIS

Para Dye (1987), um quadro analítico é simplesmente uma abstração ou representação da vida política (aplicável à esfera organizacional), que se revela como uma tentativa de ordenar, simplificar (não em excesso ao ponto de ser simplista), clarear e compreender o que é realmente importante sobre política, nos estudos de redes organizacionais, por meio da identificação de evidências empíricas de suas causas reais e consequências relevantes. Por conseguinte, os quadros analíticos são úteis na análise de redes estratégicas, na medida em que ajudam a dirigir a investigação com indicadores que podem ser observados na prática e em que permitem sugerir explicações ou possíveis esclarecimentos sobre as instituições e a dinâmica da política na esfera interorganizacional. Segundo Dye (1987), os quadros analíticos foram idealizados, mas não exclusivamente, para o estudo de políticas públicas. São oito os modelos de análise propostos por este autor: institucional, processual, de grupos, de elite, racional, incremental, da teoria dos jogos e de sistemas.

No *modelo institucional*, a política é vista como resultado determinado, implantado e cumprido por instituições governamentais (Congresso, Presidência, cortes, estados), devendo, necessariamente, possuir legitimidade, universalidade e capacidade de coerção. Tal modelo permite compreender os relacionamentos entre estrutura de instituições governamentais e de organizações da sociedade civil e o conteúdo das

políticas públicas. O uso deste modelo pode demonstrar que a estrutura e as políticas são largamente determinadas por forças sociais e econômicas e, por se relacionar com arranjos institucionais ou redes organizacionais, pode ter pouco impacto sobre as políticas públicas, se forças subjacentes permanecerem constantes (Dye, 1987).

O *modelo processual* parte da premissa de que, nas instituições, efetiva-se o poder de tomada de decisão, e a política é resultado de uma série de processos ou atividades políticas (como identificação do problema, formulação, legitimação, implementação e avaliação de uma agenda política), que ocorrem de modo institucionalizado. Este modelo permite estudar como as decisões são tomadas, e, talvez, como elas deveriam ser tomadas. Dye (1987) chama a atenção para o fato de que nem sempre uma modificação processual implica numa mudança no resultado. Ressalta, ainda, que a transformação no processo decisório formal ou informal pode não mudar o conteúdo das políticas. Em outras palavras, este modelo chama a atenção para a interveniência de variáveis não políticas, como as econômicas e sociais, em resultados políticos na articulação interna e externa das redes organizacionais.

No *modelo de grupos*, a política é entendida como a luta entre grupos para influenciar políticas. De acordo com a teoria dos grupos, as políticas constituem um equilíbrio possível que resulta de algum tipo de solução da luta entre grupos. Esse equilíbrio é determinado pela influência dos grupos de interesses e expresso por meio de leis, normas e diretivas de governança. Mudanças na influência relativa de qualquer grupo implicam mudanças nas políticas. Segundo Dye (1987), políticas específicas orientam-se no sentido desejado pelos grupos, os quais adquirem influência pelo número de integrantes, riqueza, força organizacional, liderança, acesso aos tomadores de decisão e coesão interna. Neste quadro de disputa, pressupõe-se que um grupo é político quando ele está inserido na sociedade, mas dirige-se à estrutura formal de governo. Na contemporaneidade, a estrutura de redes estratégicas pode ser também um potencial espaço investigativo sob o enfoque deste modelo, já que possibilita compreender acordos e sinergias entre organizações distintas em relação ao escopo de uma rede que as congregam.

No *modelo das elites*, políticas podem ser vistas como as preferências e valores da elite governante, mas de forma especializada, praticada por políticos e administradores cujas decisões são condicionadas por preferências das elites. Conforme Dye (1987), para este modelo: (a) a sociedade como grupo gestor da rede organizacional é dividida em poucos que têm o poder e muitos que não têm (somente um pequeno número de pessoas aloca valores na sociedade. e as massas não decidem políticas); (b) os poucos que governam não são típicos das massas que são governadas; (c) o movimento de não elites para posições de elite deve ser lento e contínuo, para manter a estabilidade e evitar a revolução (somente as não elites que aceitaram o consenso básico das elites podem ser admitidas nos

círculos governantes, característica distintiva deste modelo em relação ao modelo de grupos); (d) elites compartilham consenso a favor de valores básicos do sistema social e a preservação do sistema (nos Estados Unidos, por exemplo, as bases do consenso da elite são: propriedade privada, governo restrito e liberdade individual); (e) políticas não refletem demandas das massas, mas os valores prevalentes da elite ou dos gestores da rede; (f) elites influenciam as massas mais que as massas influenciam as elites. Por causa do conservadorismo geral da elite, seu interesse concentra-se em preservar o sistema; mudanças em políticas serão, então, incrementais, em vez de revolucionárias (Dye, 1987). Logo, políticas são modificadas, mas raramente substituídas. Mudanças em sua natureza ocorrem quando eventos ameaçam o sistema e o predomínio político das elites. Assim, tal modelo das elites pode ser importante para compreender a permanência de determinados atores ou grupos organizacionais na direção da rede organizacional.

No *modelo incremental*, as políticas são vistas como uma continuação das atividades do governo passado com modificações apenas incrementais. O modelo incremental é importante na redução do conflito, manutenção da estabilidade e preservação do próprio sistema. Além disso, reconhece a natureza não prática de compreensão racional da decisão política e descreve um processo decisório mais conservador. Segundo Dye (1987), tomadores de decisão geralmente tendem a aceitar a legitimidade de programas estabelecidos e tacitamente concordam em continuar as políticas prévias. Nesse sentido, na ausência de qualquer acordo sobre metas ou valores sociais, é mais fácil para os atores que exercem a governança de uma rede pluralista continuar com os programas existentes, em vez de engajar-se em planejamento político geral em direção a metas sociais específicas.

No *modelo da teoria dos jogos*, a política é encarada como escolha racional que decorre do cálculo de estratégias em situações competitivas, em que o melhor resultado para cada um dos atores envolvidos depende do que os outros fazem. A teoria dos jogos pressupõe que apenas determinados cursos de ação racionais prevalecerão e serão dominantes. A ideia de jogo é que os tomadores de decisão estão envolvidos em escolhas que são interdependentes. O jogador pode ser um indivíduo, grupo, governo nacional, ou qualquer corpo com metas bem definidas e racionalizadas, o qual deve ajustar sua conduta para refletir não somente seus desejos e habilidades, mas também suas expectativas sobre o que os outros desejam fazer. A teoria dos jogos pode ser aplicada a decisões sobre segurança e risco sanitário-ambiental, diplomacia nacional e internacional entre redes, barganha e coalizões na sua governança e em várias outras situações como em órgãos públicos ou privados de representação organizacional como Conselhos, Associações e Federações de classe. Para Dye (1987), a teoria dos jogos fornece uma forma de estudar as escolhas políticas em situação de conflito.

No *modelo da teoria sistêmica*, a política é vista como uma resposta de um sistema político para pressões exercidas

sobre gestores de instituições e organizações, advindas do ambiente. Esta resposta pode ser a regulação da ordem e a administração das ações, de modo a ditar os rumos e as metas no sistema político. Nesta teoria, os atores políticos são aqueles que cumprem esses papéis e podem estar ou não inseridos no sistema político formal, mas se utilizam de grupos de pressão como partidos políticos no processo de sua estratégia. Segundo Dye (1987), o sistema político significa um conjunto identificável de instituições e atividades na sociedade, que funcionam no sentido de transformar demandas em decisões oficiais regulatórias, com o apoio da sociedade, tornando um produto uma tendência de consumo que privilegie uma determinada rede organizacional. Os elementos do sistema se inter-relacionam de forma dinâmica e interativa e modificam o ambiente, que responde com outras demandas, retroalimentando o sistema.

No *modelo da escolha racional*, a política é uma expressão peculiar do comportamento humano, calculado, deliberado e estratégico, em que os indivíduos, com seus objetivos e recursos claramente definidos, confrontam-se na busca de seus interesses, bem como no ordenamento que prevalecerá na sociedade. Dye (1987) menciona que há muitas barreiras à tomada de decisão racional, tantas que raramente ela ocorre nos governos. Contudo, este modelo permanece importante para propósitos analíticos, já que ele identifica barreiras à racionalidade, que também se faz presente nas redes organizacionais.

Entende-se, neste artigo, que toda a exposição realizada com base em estudos de Dye (1987), articulada com o contexto e redes organizacionais, constitui-se a grande contribuição deste trabalho para os estudos neoinstitucionais, pois permite observar a dinâmica da política sob vários ângulos de análise que não são excludentes e que podem ser usados simultaneamente, desde que sejam respeitadas suas premissas e caracterizados corretamente as esferas institucionais abrangidas e o alcance explicativo de cada um. Acredita-se, assim, que a possibilidade de aplicação empírica de diferentes quadros analíticos nos estudos de redes estratégicas pode, ao mesmo tempo, revelar uma compreensão ainda maior não só para as investigações da política na esfera interorganizacional e o entendimento das instituições, mas também para o pragmatismo da abordagem neoinstitucionalista.

REFLEXÕES, CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições identificadas a partir das reflexões realizadas nas seções anteriores deste trabalho sobre o neoinstitucionalismo na vertente da ciência política demonstram a possibilidade de aplicação nos estudos de redes organizacionais.

Nos estudos de redes organizacionais que envolvem a análise institucional, percebe-se a relativa dificuldade em se definir constitutivamente o termo instituição. Acredita-se que isso ocorra devido à noção de instituição estar vinculada a natureza de cada vertente, modelo ou corrente da abordagem neoinstitucional. Entretanto, é possível utilizar a noção de instituição de Eisenstadt (1968), que possui características mais

abrangentes capazes de evitar reducionismos ou julgamentos limitados sobre a análise das instituições e da dinâmica da política. A amplitude da noção proposta por Eisenstadt (1968) pode contribuir para a análise de diferentes esferas organizacionais e interorganizacionais no estudo da política.

O conceito de *path dependence*, ou de dependência da trajetória, inspirado nos trabalhos de Bendix (1970), Steinmo *et al.* (1992) e Putnam (1996), pode possibilitar aos estudos de redes a compreensão do processo de sua institucionalização (modernização) em diferentes contextos histórico-sociais, como forma de explicar a dinâmica da política (como o seu funcionamento na esfera interorganizacional), bem como o entendimento das potenciais oportunidades e dos constrangimentos no processo de tomada de decisão futura nas redes organizacionais.

Arelada ao conceito de *path dependence*, a noção dos efeitos da mudança institucional de origem endógena ou exógena, tratada por Thelen e Steinmo (1992), possibilita compreender o grau de eficácia e de estabilidade das redes organizacionais.

Outro aspecto a ressaltar é a noção de diluição política tratada em seção anterior, que está relacionada com os quadros analíticos de Dye (1987). Essa noção possibilita apontar diferentes sentidos acerca da política e sua dinâmica e oportuniza a compreensão de aspectos como a coerção, a dominação, o consenso, a deliberação e a cooperação nas esferas (inter)organizacionais.

O conhecimento das dimensões (institucional, processual e material) da noção de política, discutidas por Frey (2000), torna possível uma análise mais criteriosa de pesquisas e de produções em língua inglesa, em relação à noção e à aplicabilidade do termo política nos estudos de redes organizacionais e de sua interação com as organizações do primeiro setor como o governo municipal e o Estado.

As esferas institucionais envolvidas, os atores relevantes e suas posições relativas nas instituições, e pontos de veto são elementos tratados por Thelen e Steinmo (1992). Esses elementos podem ser usados como categorias analíticas no entendimento da dinâmica da política e de seus desdobramentos para o entendimento da criação, manutenção ou extinção das redes organizacionais.

Assim, ao apresentar essas contribuições, é importante salientar que o intuito deste trabalho não é prescrever modelos estrangeiros para a realidade brasileira. O que se tem em vista é provocar a discussão sobre a possibilidade de interdisciplinaridade entre a ciência política e a ciência administrativa nos estudos de redes organizacionais, sejam elas estratégicas ou sociais, por meio da abordagem neoinstitucional da ciência política.

Concorda-se com Immergut (1996; 1998), quando o estudioso afirma que os três modelos de análise neoinstitucionais da ciência política tratados por Hall e Taylor (2003) constituem uma variedade de trabalhos no interior de uma mesma abordagem neoinstitucional. Também corrobora-se com

a ideia de que, para a compreensão da dinâmica da política, podem ser utilizados vários quadros analíticos de Dye (1987) simultaneamente. Ambas as considerações podem caminhar em consonância com a proposta de Machado-da-Silva *et al.* (2005) sobre uma visão multiparadigmática da análise institucional, embora, neste caso, aplicada ao estudo da dinâmica política em redes estratégicas.

A abordagem teórica da ciência política aqui apresentada pode auxiliar a compreensão de uma das principais características competitivas, dentro do discurso empresarial e até mesmo de políticas de desenvolvimento econômico, que são as necessidades de as empresas atuarem de forma conjunta e associada, em determinados territórios, sejam eles distritos industriais, arranjos produtivos locais, regiões, municípios e cidades. Dessa forma, surgem, como possibilidade concreta para o desenvolvimento empresarial, modelos organizacionais baseados na associação, na complementaridade, no compartilhamento, na troca e na ajuda mútua. Esses modelos tomam como referência o conceito de redes advindo da sociologia, segundo o qual o neoinstitucionalismo da ciência política potencializa a compreensão e a visualização prática, por meio de conceitos apresentados neste artigo. Um exemplo é o conceito de *path dependence*; outros são os quadros analíticos de Dye (1987), a identificação das dimensões institucional, processual e material da política de Frey (2000) e a esferas institucionais envolvidas, os atores relevantes e suas posições relativas nas instituições e os pontos de veto de Thelen e Steinmo (1992).

Nestas linhas finais, retoma-se-se a tentativa (abandonada?) de Ramos (1989) de estabelecer a interdisciplinaridade entre a administração e a ciência política (principalmente num plano teórico-conceitual), ao propor a noção de política cognitiva, sob o cerne de sua interpretação institucionalista. Esta política cognitiva foi definida por Ramos (1989, p. 87) como "o uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida, cuja finalidade é levar a interpretar a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos de tal distorção". Ramos (1983) acrescenta também que essa noção de política tende a possuir um enfoque jurídico com características formais em sociedades voltadas para o mercado como o contexto brasileiro. Neste sentido, tal noção de política parece se aproximar do quadro analítico de Dye (1987), no que tange aos modelos institucional, de grupos e de elites. Entretanto, se fazem necessários debates mais aprofundados para serem indicados encaminhamentos mais consistentes em relação às possíveis conexões que possam existir entre esses autores. Além disso, a aplicação ou validade do quadro analítico de Dye (1987) para compreensão da política na esfera organizacional depende da utilização desse quadro em pesquisas empíricas, não se restringindo à discussão conceitual como a que revela a noção de política cognitiva de Ramos (1983, 1989). A validação desse quadro deve partir, com mais efeito, para pesquisas de cunho empírico e comparativo (Thelen e Steinmo, 1992).

Todas essas considerações permitem que sejam propostas algumas questões para futuros estudos. Existem (além dos de Ramos, 1983, 1989) estudos nacionais sobre a interdisciplinaridade – administração e ciência política – e estudos sobre estratégia em instituições? Quais as noções da política aplicadas nos estudos já realizados em eventos e publicações e até que ponto essas noções contribuem para a análise institucional nos estudos organizacionais? Os elementos para realizar a análise institucional (esferas institucionais envolvidas, atores relevantes e suas posições relativas nas instituições e pontos de veto), discutidos com base nos trabalhos de Thelen e Steinmo (1992), são considerados nas análises institucionais em estudos para compreensão da dinâmica da política nas redes organizacionais? Por que a abordagem teórico-metodológica de Dye (1987) é não usual nos estudos em estratégia e (inter) organizacionais? Em que medida há semelhanças de estudos sobre redes com os quadros de análise de Dye (1987)?

Nesse sentido, em um futuro próximo, esperam-se contribuições acadêmicas e científicas que auxiliem na elucidação destes questionamentos e da própria potencialidade de uso, adequação e validade da discussão teórica realizada. Igualmente se aguarda o debate sobre trabalhos e experiências vividas com este objeto de estudo e, se cabível, a elaboração de uma agenda de pesquisa sobre esta vertente em pesquisas sobre redes na realidade brasileira, somando-se aos esforços até então empreendidos neste campo científico.

REFERÊNCIAS

- ASTLEY, W.G.; VAN de VEN, A. 1983. Central perspectives and debates in organization theory. *Administrative Science Quarterly*, 28:245-273.
- ANDRADE, J.C.S.; DIAS, C.C.; QUINTELLA, R.H. 1999. A dimensão político-institucional das estratégias sócio ambientais: o jogo Aracruz Celulose S.A. – índios tupiniquins e guaranis. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXIII, Foz do Iguaçu, 1999. *Anais...* Foz do Iguaçu, ANPAD, CD.
- BENDIX, R. 1970. *Embattled reason: essays on social knowledge*. New York, The Free Press, 395 p.
- BRONZO, M.; HONÓRIO, L. 2005. O institucionalismo e a abordagem das interações estratégicas da firma. *RAE eletrônica*, 4(1):1-18. Disponível em: www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=2095&Secao=FOR.TE.IN&Volume=4&Numero=1&Ano=2005. Acesso em: 05/07/2008.
- CARVALHO, C.A.; VIEIRA, M.M.F. 2003. Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações: possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação. In: C.A. CARVALHO; M.M.F. VIEIRA (orgs.), *Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional*. Recife, Edufepe, p. 23-40.
- CARVALHO, C.A.; VIEIRA, M.M.F.; LOPES, F.D. 1999. Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, XXIII, Foz do Iguaçu, 1999. *Anais...* Porto Alegre, ANPAD, CD.
- CARVALHO, C.A.; VIEIRA, M.M.F.; GOULART, S. 2005. A trajetória conservadora da teoria institucional. *Revista de Administração Pública*, 39(4):849-874.
- CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L.H. 1980. *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local*. São Paulo, Atlas, 174 p.
- CHOPRA, S.; MEINDL, P. 2003. *Gerenciamento da cadeia de suprimentos*. São Paulo, Prentice Hall, 480 p.
- COCHIA, C.B.R.; MACHADO-DA-SILVA, C.L. 2003. Contexto ambiental, interpretação e estratégia em organizações: um estudo em pequenas empresas paranaenses. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, I, Curitiba, 2003. *Anais...* Curitiba, ANPAD, CD.
- COSER, C.; MACHADO-DA-SILVA, C.L. 2006. Rede de relações interorganizacionais no campo organizacional de Videira (SC). *Revista de Administração Contemporânea*, 10(4):9-45.
- CRUBELLATE, J.M.; GRAVE, P.S.; MENDES, A.A. 2004. A questão institucional e suas implicações para o pensamento estratégico. *Revista de Administração Contemporânea*, edição especial:37-60.
- DOLCI, D.B.; KARAWCZYK, T.C. 2002. Valores subjacentes à estratégia de uma organização: uma perspectiva de análise sob a ótica da teoria institucional e dos esquemas interpretativos. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXVI, Salvador, 2002. *Anais...* Salvador, ANPAD, CD.
- DYE, T.R. 1987. *Understanding public policy*. 6ª ed., Englewood Cliffs, Prentice Hall, 382 p.
- EISENSTADT, S. 1968. Social Institutions. In: D.L. SILLS (ed.), *International encyclopedia of the social sciences*, 17(14):409-429.
- EVANS, P.B.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. 1985. *Bringing the state back in*. Cambridge, Cambridge University, 390 p.
- FONSECA, V.S.; MACHADO-DA-SILVA, C.L. 2001. Indivíduo, organização e ambiente: bases para a conversação entre três perspectivas de estudo da estratégia em organizações. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXV, Campinas, 2001. *Anais...* Campinas, ANPAD, CD.
- FREY, K. 2000. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, IPEA, vol. 21, p. 211-259.
- GAZZOLI, P. 2005. O neoinstitucionalismo abre espaço para o ator social: uma exigência da investigação empírica. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXIX, Brasília, 2005. *Anais...* Brasília, ANPAD, CD.
- GRANDORI, R.; SODA, A. 1995. Inter-firm network: antecedents, mechanisms and forms. *Organization Studies*, 16(2):183-214.
- GRANOVETTER, M. 1973. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78(6):1360-1380.
- GRANOVETTER, M. 1994. Business groups. In: N. SMELSER; R. SWEDBERG (eds.), *The handbook of economic sociology*. Princeton, Princeton University Press, p. 453-475.
- GRANOVETTER, M. 2002. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. In: N. BIGGART (eds.), *Readings in Economic Sociology*. Malden, Blackwell Publishers, p. 154-167.
- GUILHON, P.T.; GUILHON, E. 2000. Rede de pequenas empresas: uma alternativa para as micro e pequenas empresas competirem no mercado global. In: ENCONTRO NACIONAL DE EMPREENDEDOR

- RISMO, II, Florianópolis. 2000. *Anais...* Florianópolis, ENEMP/ENE/UFSC, p. 1-8.
- HABERMAS, J. 1984. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 397 p.
- HALL, P.A.; TAYLOR, R.C.R. 2003. The three versions of neoinstitutionalism. *Lua Nova*, 58:193-223.
- IMMERGUT, E.M. 1996. The Normative Roots of the New Institutionalism: Historical-Institutionalism & Comparative Policy Studies. In: A. BENZ; W. SEIBEL (orgs.), *Beitrage zur Theorieentwicklung in der Politik und Verwaltungswissenschaft*. Baden-Baden, Nomos Verlag, p. 325-355.
- IMMERGUT, E.M. 1998. The Theoretical Core of the New Institutionalism. *Politics & Society*, 25(1):5-34.
- KAPLAN, R.S.; NORTON, D.P. 1997. *A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard*. Rio de Janeiro, Campus, 344 p.
- KOTLER, P. 1998. *Administração de marketing*. 5ª ed., São Paulo, Atlas, 725 p.
- LANE, J.; ERSSON, S. 2000. *The New Institutional Politics: Performance & outcomes*. London/New York, Routledge, 329 p.
- LAZZARINI, S.G.; JOAQUIM, T.A.Z. 2004. A formação de constelações: o caso da indústria global e transporte aéreo. *Revista de Administração de Empresas*, 44(2):11-25.
- LEWIS, J. 1992. *Alianças estratégicas: estruturando e administrando parcerias para o aumento da lucratividade*. São Paulo, Pioneira, 360 p.
- LYNCH, R.P. 1994. *Alianças de negócios, a arma secreta competitiva: como planejar, negociar e gerenciar alianças estratégicas competitivas*. São Paulo, Makron Books, 454 p.
- MACHADO-DA-SILVA, C.L.; FONSECA, V.S.; CRUBELLATE, J.M. 2005. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(edição especial):9-39.
- MACHADO-DA-SILVA, C.L.; FONSECA, V.S.; FERNANDES, B.H.R. 1998. Mudança e estratégia nas organizações: perspectivas cognitiva e institucional. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXII, Foz do Iguaçu, 1998. *Anais...* Foz do Iguaçu, ANPAD, CD.
- MARCH, J.G.; OLSEN, J.P. 1984. The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life, *American Political Science Review*, 78(3):734-749.
- MARZAL, A. 1983. *Análisis Político de la Empresa*. Barcelona, Ariel Economía, 181 p.
- MARX, K. 1983. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, vol. 2, 298 p.
- MISOCZKY, M.C.A. 2003. Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos Estudos Organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, edição especial:9-30.
- NORTH, D.C. 1990. *Institutions, institutional change and economic performance*. New York, Cambridge University Press, 152 p.
- PERROW, C. 1983. The Analysis of Goals in Complex Organizations. In: Y. HASENFELD; R.A. ENGLISH, *Human Service Organizations*. 2ª ed., Ann Arbor, The University of Michigan Press, p. 63-95.
- PORTER, M. 1980. *Competitive Strategy: techniques for analysing industries and competitors*. New York, The Free Press, 432 p.
- PUTNAM, R.D. 1996. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 257 p.
- RAMOS, A.G. 1983. *Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 366 p.
- RAMOS, A.G. 1989. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 209 p.
- SMELSER, N.; SWEDBERG, R. 1994. The Sociological Perspective on the Economy. In: N. SMELSER; R. SWEDBERG (eds.), *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton, Princeton University Press, p. 3-26.
- STEINMO, S.; THELEN, K.; LONGSTRETH, F. 1992. *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. New York, Cambridge University, 257 p.
- SWEDBERG, R. 2004. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social*, 16(2):7-34.
- SWEDBERG, R. 1994. Markets as social structures. In: N. SMELSER; R. SWEDBERG (eds.), *The handbook of Economic Sociology*. Princeton, Princeton University Press, p. 255-282.
- SWEDBERG, R.; GRANOVERTER, M. 1992. Introduction. In: M. GRANOVERTER; R. SWEDBERG (eds.), *The Sociology of Economic Life*. Boulder, Westview Press, p. 1-26.
- TEIXEIRA, F.; GUERRA, O. 2002. Redes de aprendizado em sistemas complexos de produção. *Revista de Administração de Empresas*, 42(4):93-105.
- THELEN, K.; STEINMO, S. 1992. Historical institutionalism in comparative politics. In: S. STEINMO; K. THELEN; F. LONGSTRETH (orgs.), *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. New York, Cambridge University, p. 1-32.
- TSEBELIS, G. 1990. *Jogos Ocultos*. São Paulo, Edusp, 249 p.
- WEBER, M. 1979. A ciência como vocação. In: H.H. GERTH; C.W. MILLS, *Ensaio de sociologia*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, p. 309-346.
- WEBER, M. 2004. *Economia e sociedade*. 4ª ed., Brasília, UnB, vol. 2, 422 p.
- YOSHINO, M.Y.; RANGAN, S.U. 1996. *Alianças estratégicas*. São Paulo, Makron Books, 269 p.

Submissão: 07/02/2008

Aceite: 22/07/2009

MAGNUS LUIZ EMMENDOERFER

Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Administração
Campus Universitário
36570-000, Viçosa, MG, Brasil

GUSTAVO MELO SILVA

Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Administração
Campus Universitário
36570-000, Viçosa, MG, Brasil